



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ACESSO, DIFERENCIAÇÃO INTERNA E POLÍTICAS DE INCLUSÃO<sup>1</sup>**

Rosana Heringer

Socióloga, Professora Adjunta

Faculdade de Educação/UFRJ

[rosana.heringer@gmail.com](mailto:rosana.heringer@gmail.com)

Recentemente, durante uma aula no curso de Sociologia da Educação, discutíamos o texto de Paul Willis (1991), no qual o autor apresenta uma etnografia em uma escola numa cidade industrial na Inglaterra, demonstrando como os jovens estudantes cumpriam na escola um destino pré-determinado de continuar na mesma trilha dos pais, como operários de baixa qualificação e sem perspectiva de continuidade dos estudos e mudança de carreira.

Debatendo o texto com os alunos, oriundos de cursos de licenciatura em dezenas de carreiras diferentes, indo da História à Educação Física, passando por Letras e Música, me surpreendi quando perguntei se eles achavam que havia alguma semelhança entre esta realidade descrita pelo autor e o destino de estudantes de bairros pobres e de periferia em tantas cidades brasileiras: a turma foi quase unânime ao dizer que não, que a realidade brasileira é “muito diferente”, que aqui cada um pode “buscar ser o que quiser”.

Este pequeno episódio revela uma percepção construída sobre o Brasil como terra de oportunidades e sobre o relativo otimismo que vem predominando nas análises sócio-econômicas e no noticiário cotidiano. Infelizmente, porém, apesar das melhoras vivenciadas nas políticas sociais nas últimas décadas, tendo como conseqüências concretas a redução da pobreza e a melhoria da educação, o quadro de igualdade de oportunidades visualizado pelos alunos durante a aula ainda está longe de se realizar.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao **GT 21: O ensino superior em tempos de incerteza: olhares cruzados no espaço da lusofonia**, no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 7 a 10 agosto de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Este artigo pretende focar em alguns aspectos relacionados à expansão recente do ensino superior no Brasil, notadamente na última década, e na interseção existente entre as políticas de expansão do ensino superior – e o debate sobre as mesmas – e as demandas e reivindicações por políticas de igualdade, notadamente no campo da igualdade racial, que têm se materializado nos últimos anos, principalmente após a Conferência de Durban<sup>2</sup>. Pretende também analisar, ainda de forma inicial, qual tem sido os principais impactos destas políticas no âmbito do ensino superior e o quanto ainda falta avançar em direção a um cenário de oportunidades ampliadas para todos os que desejem ingressar no ensino superior e concluir seus estudos com sucesso.

Para os que acompanham este debate no país nas últimas décadas, seja em termos de opinião pública ou nos corredores acadêmicos, as mudanças ocorridas representam um avanço importante, principalmente porque não pareciam factíveis no passado recente. Em geral atribui-se tal avanço a uma combinação de políticas que tiveram efeito ao longo da última década no país, combinando ações voltadas para a expansão de vagas no ensino superior público e ampliação do acesso ao ensino privado através de financiamento estudantil e também da concessão de bolsas em instituições privadas através do PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Por outro lado, sabemos que estas políticas também vieram responder a uma demanda crescente que vinha sendo formulada pelo menos uma década antes no Brasil: a ampliação do acesso ao ensino superior para os jovens de menor renda, oriundos de escola pública e, em grande parte, pretos e pardos.

Do ponto de vista da formulação e implementação de políticas públicas, consideramos difícil identificar exatamente quais foram as principais influências e grupos de interesse que levaram à adoção das políticas de ampliação de vagas no ensino superior. De qualquer forma, é possível identificar que as reivindicações dos movimentos de pré-vestibulares comunitários e populares, muitos deles dedicados à preparação de estudantes negros para o vestibular, foram uma voz importante neste processo (Santos, 2003).

---

<sup>2</sup> Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, convocada pela ONU e realizada em agosto de 2001 na cidade de Durban, África do Sul. Para esta conferência o governo brasileiro levou um documento de propostas que viriam depois a se conformar na base das primeiras políticas de ação afirmativa voltadas para afrodescendentes implementadas no Brasil.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Como afirmou o Prof. Antônio Sérgio Guimarães, em entrevista em 2010, “na verdade, o movimento negro foi o primeiro e, até recentemente, o único agente político a propor, com as cotas, medidas concretas que ampliassem a democratização do ensino superior no Brasil, daí a sua ressonância” (Guimarães, 2010).

Por outro lado, pode-se interpretar também que a expansão de vagas no ensino superior privado resultou em boa parte da capacidade de pressão do setor privado do ensino superior, que, após uma expansão crescente e constante nas últimas décadas, vinha sofrendo algumas dificuldades com a ociosidade de vagas e a inadimplência de estudantes. Para este setor o PROUNI parece ter representado uma possibilidade de garantir um contingente de alunos, custeados através da renúncia fiscal. (Carvalho, 2006).

Embora o debate sobre políticas de ação afirmativa para grupos sub-representados no ensino superior, por um lado, e sobre as políticas de expansão do ensino superior em geral, tanto do ponto de vista do ensino público como privado, por outro, estejam constantemente refletindo e se posicionando sobre aspectos comuns entre si, nossa visão é de que estes campos de reflexão nem sempre dialogam entre si. Consideramos que eles possuem vários pontos em comum – e prováveis divergências – que merecem ser analisados.

Na busca de fazer esta aproximação de maneira introdutória – trata-se de pesquisa no seu momento inicial – apresentaremos a seguir alguns aspectos relevantes no debate em cada um destes campos e, ao final, elencamos alguns pontos para futuro aprofundamento e desafios que permanecem neste diálogo.

### **Alguns elementos do debate sobre políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil**

Os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2009 por cor revelam que a população brasileira se compõe majoritariamente de pretos e pardos, totalizando 51,1%, conforme a Tabela 1:



		Cor ou raça			
		Branca	Preta	Parda	Outra (*)
Brasil	191.736.000	92.477.000	<b>13.262.000</b>	<b>84.700.000</b>	1.307.000
	100%	48,2%	<b>6,9%</b>	<b>44,2%</b>	0,7%

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2009.

No que diz respeito à escolaridade, a PNAD aponta que a média de anos de estudo da população brasileira é de 7,3 anos, sendo que entre a população branca esta média é de 8,2 anos, enquanto entre os negros (pretos e pardos) a média está em 6,4 anos de estudo. Na faixa de 15 a 17 anos, a taxa de escolarização é de 82,1%, porém apenas 48% destes cursavam pelo menos o ensino médio. Isto significa que muitos estudantes nesta faixa encontram-se ainda no ensino fundamental.

Se tomarmos a faixa etária dos 18 aos 24 anos, a taxa de escolarização está em 30,9%. Entretanto, no ensino superior encontram-se apenas 13% de estudantes nesta faixa etária. Se observarmos estes dados de acordo com a cor/raça dos estudantes, a situação de desigualdade se amplia: entre os estudantes de 18 a 24 anos freqüentando ensino superior, a proporção entre os brancos é de 57,9%, enquanto entre os negros é de 25% (IBGE, 2009).

As primeiras experiências de ação afirmativa para estudantes negros em universidades públicas estão completando 10 anos no Brasil<sup>3</sup>. E hoje, passado este período, contabilizamos um expressivo número de instituições públicas de ensino superior e técnico adotando medidas semelhantes, além da existência de um programa de bolsas para

<sup>3</sup> As primeiras universidades públicas a adotar programas de ação afirmativa foram quatro instituições estaduais, a saber: UEMS, UERJ, UENF e UNEB, em 2001.



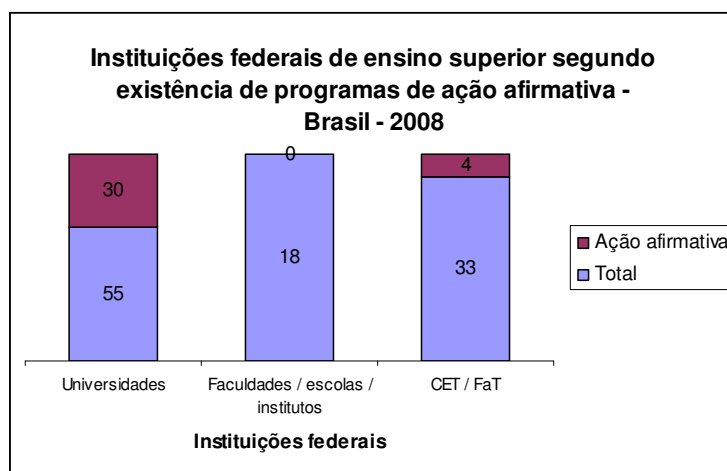
» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

estudantes em universidades privadas, o PROUNI, que já beneficiou mais de 300 mil estudantes negros.

Desde 2002 medidas de ação afirmativa destinadas a ampliar o ingresso de estudantes de escolas públicas, de menor renda, negros e indígenas têm sido implementadas em dezenas de universidades públicas em todo o país. O marco inicial deste processo foi a adoção de reserva de vagas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF), e na Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Entre as instituições federais, a primeira universidade a adotar a reserva de vagas foi a UnB (Universidade de Brasília), em 2004.

Ao longo deste período – e até abril de 2009 - um total de 34 instituições públicas federais de ensino superior (incluindo ensino técnico) adotou algum tipo de política de ação afirmativa. O Gráfico A demonstra um detalhamento destas informações.

Gráfico A



Fontes: 1) MEC/INEP/Deed; 2) Bando de dados NIREMA/PUC;  
3) Banco de dados Políticas da Cor (LPP/UERJ).

As políticas de inclusão visam promover pessoas que pertençam a grupos reconhecidamente em situação histórica de desvantagem. Neste sentido, na maioria dos casos, os programas buscam conjugar mais de um critério quanto aos sujeitos de direito da ação afirmativa. Dessa forma, muitas universidades contemplam o critério étnico ou racial com outros como ser oriundo de escola pública e/ou ser carente. Isso acaba por permitir que



estudantes mais pobres cheguem à universidade. Contudo, com este ingresso de um novo contingente de estudantes, as universidades têm sido cada vez mais levadas a adotar programas de permanência para permitir que esse aluno possa concluir o curso com um bom aproveitamento (Ferreira, 2006).

Se fizermos uma comparação entre os estudantes com faixa etária entre 18 e 24 anos, segundo o nível de ensino que freqüentavam em 2000 e em 2008, é possível observar a variação no grau de inclusão de estudantes negros no ensino superior no período. A partir destes dados, podemos observar em primeiro lugar uma variação positiva no número de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, saltando de 22,6% para 44,5% em oito anos. Se observarmos os estudantes brancos, identificamos um crescimento de 34,1% para 60,3%. Para os alunos pretos e pardos, a proporção de estudantes de 18 a 24 anos no ensino superior passou de 8,1% em 2000 para 18,7% em 2008.

#### Estudantes de 18-24 anos por nível de ensino segundo a cor ou raça – 2000 e 2008

Nível de ensino freqüentado	Total		Branco		Pretos e Pardos	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008
Ensino Médio	42,4	39,8	39,9	19,7	45,4	49,9
Ensino Superior	22,6	44,5	34,1	60,3	8,1	18,7
Ensino Fundamental	29,7	12,6	19,8	6,4	41,2	18,7
Outros *	5,3	2,6	6,2	3,2	4,7	2,0

Fonte: IBGE, Censo 2000 e PNAD 2008.

\* Pré-vestibular, Educação de Jovens e Adultos.

Estes dados demonstram que já é possível falar de uma “ação afirmativa á brasileira” (Heringer, 2010), com um contingente de jovens, principalmente de menor renda, pretos e pardos, que vem sendo beneficiados.

Ao mesmo tempo, como foi possível observar ao longo da última década, estas políticas não tem sido implementadas sem enfrentarem resistências e diversas polêmicas. Como aponta Moehleck (2004), “as políticas de ação afirmativa tencionam não apenas os marcos da tradição liberal universalista e sua noção de igualdade e mérito, mas também



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

nossa noção de povo mestiço convivendo sob uma harmonia racial, idéia com o qual o Brasil tem se identificado há anos” (p. 764).

Da mesma forma, Feres (2010) apontou quais são os argumentos contrários à ação afirmativa predominantes no debate público, principalmente na grande imprensa, testando estes argumentos e indicando como os mesmos podem ser desdobrados em questões para reflexão acadêmica mais ampla.

Como balanço desta década, observamos que as demandas iniciais do movimento negro no fim dos anos 90 foram parcialmente contempladas através de programas de ação afirmativa, bem como da ampliação de vagas nas universidades públicas e também da criação do PROUNI. Entretanto, cabe perguntar em que medida estas reivindicações e demandas têm se articulado com a questão mais ampla da expansão do ensino superior no Brasil.

### **Elementos do debate sobre expansão do ensino superior no Brasil**

Os dados do Censo do Ensino Superior 2009 revelam que no Brasil existem 2314 estabelecimentos de ensino superior, sendo 245 públicos e 2069 privados (INEP, 2010). O levantamento registra 186 universidades, 127 centros universitários e 1.966 faculdades. Além disso, 35 instituições federais públicas de educação profissional e tecnológica oferecem cursos superiores. Do total de estabelecimentos de ensino superior, predominam as faculdades, que representam 85% do total (1966 estabelecimentos). Como demonstram Catani & Hey (2007), no Brasil,

*“a diferenciação das IES caracteriza-se essencialmente pela contraposição entre Universidades e outros modelos institucionais que oferecem cursos superiores (Centros Universitários, Faculdades Integradas e Faculdades Isoladas). As universidades são, na realidade, praticamente as únicas que se dedicam à pesquisa acadêmica, enquanto as demais categorias restringem-se, sobretudo, ao ensino, pois não são obrigadas a desenvolver pesquisa e extensão. As universidades brasileiras são predominantemente estatais, enquanto os outros modelos institucionais são dominados pelo setor privado”.*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

No que diz respeito à cobertura, cabe destacar que 86,2% dos estudantes de ensino médio estão em rede pública de ensino, enquanto no ensino superior 76% estão no ensino privado.

Sendo responsável por um contingente proporcionalmente tão pequeno de matrículas, as instituições públicas de ensino superior têm sido palco de várias políticas e programas voltados para a expansão do número de vagas nos últimos anos, concretizadas principalmente através do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Esse programa tem o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, através de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. As universidades associadas ao Programa apresentaram um plano de reestruturação de acordo com as premissas estabelecidas no decreto de criação. O REUNI tem com objetivo alcançar ao longo dos cinco anos de duração, uma taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais e uma relação de 18 alunos por professor<sup>4</sup>. Como resultado destas políticas voltadas para o ensino superior público federal, “pode-se constatar que o crescimento do ingresso de novos estudantes no período 2005-2008 foi substancialmente maior nas IFES (29%) que nas IES privadas (8%)” (IPEA, 2009, p.137).

Por outro lado, as principais críticas que vêm sendo feitas ao programa dizem respeito à expansão que tem se dado através de cursos com maior facilidade e menor custo de implantação, e muitas vezes sem a infra-estrutura necessária por parte das universidades para absorver a rápida expansão do número de matrículas.

Além das políticas voltadas para ampliação das instituições federais de ensino superior já existentes, no período do governo Lula (2003-2010) foram criadas no Brasil catorze novas universidades federais. Embora praticamente todas já estejam em funcionamento, é importante destacar que muitas delas têm seu funcionamento marcado por precariedades e pouca infra-estrutura, principalmente quando localizadas em campi mais

---

<sup>4</sup> Ver [www.reuni.mec.gov.br/index](http://www.reuni.mec.gov.br/index)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

isolados. Esta é uma questão que têm colocado vários desafios neste processo de expansão do ensino superior público.

Em outra vertente da expansão do ensino superior no Brasil temos a implementação nos últimos seis anos do PROUNI – Programa Universidade para Todos. Criado em 2004 através da medida provisória nº.213, de 10/09/2004 e institucionalizado posteriormente através da Lei 11.096, de 13/01/2005, o PROUNI – Programa Universidade para Todos converteu-se ao longo dos últimos cinco anos no maior programa voltado para a inclusão de estudantes de escola pública, com o recorte específico para estudantes negros, indígenas, portadores de deficiência e professores de escola pública no ensino superior privado.

O programa foi iniciado com o aproveitamento de cerca de 100 mil vagas ociosas nas universidades privadas que seriam ocupadas por estudantes bolsistas. Este número representava, em 2004, 25% das vagas disponíveis nas universidades privadas, que tinham 37,5% de vagas ociosas naquele momento. A contrapartida do governo foi um plano de renúncia fiscal para as universidades privadas que aderissem ao programa.

Observou-se que, ao propor reservar vagas nas universidades privadas para estudantes de escola pública, negros, índios, e professores com baixa qualificação, o MEC estaria justamente mantendo a segmentação (já existente), através da qual os alunos que estudaram em boas escolas no ensino médio iriam para as universidades públicas, enquanto os demais jovens que demandam por vagas seriam encaminhados para as universidades privadas. E, portanto, reproduzindo desta forma a mesma estratificação já vigente no ensino superior.

Embora tenha caráter inclusivo, o programa tem recebido críticas de diferentes setores que atuam no campo da educação superior, seja pelo fato de que tende a fortalecer a presença do setor privado no ensino superior (Gomes, 2008), ou porque, no caso das bolsas equivalentes a 50% do valor da mensalidade, torna-se difícil preencher o número de vagas disponíveis, pois as famílias de menor renda não podem arcar com os 50% restantes da mensalidade. Tem-se observado que os estudantes dos estratos sociais menos favorecidos têm menos condições econômicas de permanecer em um curso superior, ainda que recebam as bolsas do PROUNI.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*“Isso ocorre em especial no caso dos benefícios parciais destinados a cotistas. Pagar 50% da mensalidade para tais setores não resolve o problema do acesso na maioria dos casos. Mesmo com a articulação com o FIES, que permite financiar metade dos 50% a serem pagos – ou seja, o aluno pagaria 25% das mensalidades e depois de concluir o curso teria que devolver ao governo mais ¼ do valor total do curso –, os cotistas têm severas dificuldades econômicas para frequentar as IES. (...) O fator socioeconômico mostra-se, portanto, um grande impeditivo para muitos dos aspirantes a candidatar-se a uma vaga oferecida pelo PROUNI” (Catani & Hey, 2007).*

Já se pode observar hoje, cinco anos após a criação do programa, alguns limites a expansão do mesmo. Como apontam alguns autores (Oliveira et alli, 2006), será progressivamente mais difícil encontrar o público destinado a frequentar o ensino superior capaz de ser incluído com sucesso no PROUNI. Eles apresentam o seguinte exercício para reflexão, com base em estimativas a partir de dados do início da década:

*“Para encontrar o número de jovens com idade entre 18 e 24 anos, que somam 22.940.218, capazes de pagar seus estudos, estimaremos quantos deles estão entre as classes de renda acima de 10 salários mínimos. 23.806.258 pessoas residem em domicílios com renda na faixa de 10 a 20 salários mínimos, o que representa 14,2% da população total de 168.438.539. Considerando essa mesma proporção, 14,2%, podemos encontrar, do total de jovens com idade entre 18 e 24 anos, quantos fazem parte dessas duas classes de renda mais elevadas. Calculando 14,2% de 22.940.218, que é o número de jovens na faixa etária em estudo, encontramos 3.257.511 pessoas que poderiam pagar o ensino superior privado. Esse número de pessoas que poderiam pagar mensalidades foi obtido considerando-se como responsável pelo pagamento um esforço de toda a família, pois a renda considerada é a renda total domiciliar, o que certamente faz com que ele esteja superdimensionado. O Censo Educacional do Ensino Superior apresentou, em 2002, um total de 3.479.913 estudantes; desses, 2.428.258 (69,8%) estudavam em instituições privadas e 1.051.655 (30,2%) em instituições públicas. O número de estudantes que poderiam pagar estaria, portanto, se aproximando do limite. Para atingir a meta de termos 6.882.065 de estudantes no ensino superior dependeria, então, fundamentalmente, da expansão de vagas no setor público.”*

Embora não seja exaustivo, estas reflexões permitem uma visualização dos limites que o sistema enfrenta para produzir uma efetiva expansão do número de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. Sem dúvida as bolsas do PROUNI são um caminho importante de amenização deste quadro, mas ainda são insuficientes.

Por outro lado, Amaral (2010) e Vieira & Vieira (2011) apontam que o PROUNI se apresenta como uma política concreta de ampliação do acesso ao ensino superior para grupos que até então vinham sendo excluídos deste nível de ensino. E que, neste sentido, o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

programa tem alcançado seus objetivos, e tem sido bem avaliado por esta parcela da população, levando, segundo Amaral, vários parlamentares a apresentarem projetos de lei nos últimos anos que pretendem consolidar e ampliar o PROUNI: “observamos que os projetos de lei, em suas justificativas, apontam de forma unânime a importância do Programa e defendem não só a sua continuidade como sua ampliação, de modo a atingir um número maior de pessoas, além de flexibilizar o acesso e a oferta de bolsas” (Amaral, 2010, p.11).

Vieira & Vieira, por sua vez, analisam as perspectivas de ascensão social e profissional para parte significativa deste conjunto de estudantes que acessa o PROUNI, algo extremamente valorizado pelos mesmos e por seus familiares. Este aspecto é demonstrado através das muitas dificuldades enfrentadas pelos mesmos para concluir o curso, lançando mão de variadas estratégias de sobrevivência, a fim de conseguir concluir com sucesso o curso iniciado: trabalhos informais, empréstimos, apoio familiar, entre outras estratégias (Vieira & Vieira, 2011, pp. 87-88).

### **Novas questões para pesquisa e futuros desafios**

Seja por escolhas ou – como afirma Nunes (2007), principalmente por “não-escolhas” – o ensino superior no Brasil expandiu-se de maneira relevante nas duas últimas décadas, porém de forma desequilibrada, privilegiando a expansão através do ensino privado e com grandes diferenças de qualidade no ensino oferecido.

No período recente, principalmente através da expansão de vagas no ensino superior público, mais especificamente através do REUNI, houve um início de reversão deste quadro, como apontam as tendências demonstradas no Censo do Ensino Superior de 2009 (INEP, 2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Ao mesmo tempo, o PROUNI inaugurou a partir de 2005 uma nova forma de expansão de vagas no ensino superior privado, representando um maior investimento público no setor.

Com estas duas medidas principais, observamos que algumas das reivindicações históricas do movimento negro pela expansão do acesso ao ensino superior tem sido, ainda que parcialmente, contempladas.

Entretanto, outra conclusão que emerge a partir das questões apresentadas é que, apesar dos expressivos avanços numéricos alcançados pelos mecanismos de ação afirmativa vigentes, a continuidade do crescimento do número de estudantes de escola pública, pobres, negros e indígenas no ensino superior depende também de políticas que se estendem para além do âmbito específico destas instituições de ensino, envolvendo tanto políticas voltadas para o ensino médio quanto para o posterior acompanhamento da inserção profissional destes novos profissionais.

Uma perspectiva importante sobre a qual é preciso refletir, visando contribuir para maior sucesso dos programas de inclusão no ensino superior, diz respeito à constante avaliação dos programas em curso, tanto no âmbito das instituições públicas quanto privadas. Estes mecanismos de avaliação devem ser aprofundados e fortalecidos, para que se caminhe na direção de instituições de ensino que realmente contribuam para a formação profissional dos jovens que ali ingressam, e que estes tenham chances ampliadas no mercado de trabalho.

No longo prazo, é preciso que as futuras políticas voltadas para o ensino superior levem em conta as características deste público que cada vez mais chega às portas do ensino superior. Tanto no âmbito do ensino público quanto privado, será necessário ampliar os programas de permanência e apoio aos estudantes, a fim de garantir maiores possibilidades de sucesso dos mesmos.

Consideramos necessário dar continuidade às pesquisas neste campo, procurando compreender melhor os fatores relacionados às trajetórias dos estudantes que influenciam nas possibilidades de ingresso e sucesso no ensino superior.

### **Referências bibliográficas:**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

AMARAL, Daniela Patti do, 2010. O Programa Universidade para Todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos. Caxambu: Texto apresentado na 33ª. Reunião Anual da ANPED.

CATANI, Afrânio Mendes & HEY, Ana Paula, 2007. A Educação Superior no Brasil e as tendências de ampliação do acesso. In: *Atos de Pesquisa em Educação*. PPGE/ME FURB, v. 2, nº 3, p. 414-429, set./dez. 2007.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educ. Soc.*, Out 2006, vol.27, no.96, p.979-1000.

FERES, João, 2010. Aprendendo com o debate público sobre ação afirmativa, ou como argumentos ruins podem tornar-se bons tópicos de pesquisa. In: *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Paiva, Ângela Randolpho Paiva (org.). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Pallas, 2010, págs.157-182.

FERREIRA, Renato, 2006. O mapa das ações afirmativas no ensino superior. Disponível em [www.politicasdacor.net](http://www.politicasdacor.net). acesso em 15.02.2009.

GOMES, Alfredo Macedo. As reformas e políticas da educação superior no Brasil : avanços e recuos. In: Macedo, Deise; Silva Jr., João dos Reis e Oliveira, João Ferreira de (orgs.), *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008 (Coleção Políticas Universitárias).

GUIMARÃES, A. S., 2010. Entrevista ao site da Ação Educativa sobre ações afirmativas. Disponível em:

[http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=633](http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=633) ; acesso em 27/05/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

HERINGER, Rosana, 2010. Ação afirmativa à brasileira: institucional idade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008). In: *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Paiva, Ângela Randolpho Paiva (org.). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Pallas, 2010, págs. 117-144.

IBGE, 2009. Síntese de Indicadores Sociais 2008. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

INEP, 2010. Resumo Técnico – Censo da educação Superior 2009. Brasília, INEP.

IPEA, 2009. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, vol. 18.

MOEHLECKE, Sabrina, 2004. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça social. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, p.757-776, Especial, out/2004.

NUNES, Edson. 2007. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. In: *RAP – Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Edição Especial Comemorativa 103-47, 1967-2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de; Dourado, Luiz Fernandes; Amaral, Nelson Cardoso, 2006. Desafios e perspectivas de uma política para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). In: Moehlecke, Sabrina; Catani, Afrânio Mendes et alli., 2006. *Políticas de Acesso e Expansão da Educação Superior: concepções e desafios*. Brasília: MEC/ INEP.

SANTOS, Renato Emerson, 2003. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. In: Santos, R. E. & Lobato, Fátima (orgs.), 2003. *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A/ LPP-UERJ. Coleção Políticas da Cor.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

VIEIRA, Andréa L. da C. & VIEIRA, José Jairo. Dilemas da inclusão e entraves à permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. In: *O Social em Questão*, n. 23, 2010, pags. 72-92.

WILLIS, Paul - Aprendendo a ser trabalhador – escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.